

Desafios da Advocacia Jovem no Brasil

*por Anna Carolina Dantas**

Como um advogado recém-formado pode se destacar no competitivo mercado de trabalho? Será que as faculdades de Direito dão o suporte necessário para que o iniciante esteja apto a conduzir as demandas cotidianas?

Essas e outras perguntas certamente já passaram pela mente dos jovens advogados. Mas, será que eles estão errados? Isso não seria um motivo plausível para preocupação?

Hoje em dia é possível verificar que a formação jurídica atém-se, eminentemente, ao estudo da matéria teórica, carecendo de subsídios que auxiliem nas áreas de prática. Sendo assim, após a aquisição da carteira de advogado, é factível encontrar uma grande diferença entre o conteúdo aprendido em sala de aula e aquele necessário para o atendimento das suas demandas.

Como é cediço, não basta apenas o conhecimento da lei, deve o advogado possuir experiência para interpretá-la e aplicá-la na resolução dos conflitos. Por isso, a simples análise hermenêutica e a interpretação das leis não se mostra satisfatória para a capacitação do advogado iniciante, há que se integrar o conhecimento teórico com a prática.

Esse é um dos principais desafios da advocacia jovem no Brasil.

É muito comum perceber que a maioria dos contratantes requer um candidato com experiência anterior e raramente admite aqueles que não a possuem. Sendo assim, é imperiosa a necessidade de integração da teoria à prática para a capacitação do jovem advogado.

Verificando a situação, diversos entes públicos e privados buscam auxiliar a integração de ambas as áreas como forma de auxílio ao advogado iniciante. Um exemplo é o Ministério da Educação – MEC, que observou a carência de subsídios práticos e determinou a instauração da Portaria nº 1.886/94, tornando obrigatório o estágio de prática jurídica nas diretrizes curriculares.

A Defensoria Pública é outro exemplo de órgão que auxilia na prática jurídica de advogados iniciantes. Através de convênios, disponibiliza um mecanismo para que interessados se cadastrem e contem com o auxílio do Defensor Público para a resolução de casos concretos.

Entretanto, mesmo com diversos programas de inclusão de prática jurídica, ainda é latente que a mesma não é aproveitada da forma como deveria, o que acaba impedindo uma colocação de destaque no mercado de trabalho. Diversos são os projetos

em andamento na tentativa de aumentar o desempenho dos jovens advogados para a sua inserção no mercado.

Um outro aspecto importante de ser mencionado é a dificuldade no respeito às prerrogativas do jovem advogado. Há diversos relatos de tratamentos com pouca urbanidade e com falta de confiança, tanto por parte de serventuários quanto por parte de seus próprios clientes.

Aqueles que necessitam de uma prestação jurídica, muitas das vezes, tem o estereotipo de que pessoas com idade mais avançada poderão ter mais sucesso na resolução de demandas, dispensando aqueles com pouca idade.

Entretanto, há que se salientar que o advogado iniciante é peça fundamental para o sucesso de um escritório. A pró-atividade e a facilidade de adaptação tecnológica, certamente, configuram-se como pontos positivos para o jovem, que enxerga o direito através de uma análise prospectiva aliado à mudança tecnológica, indispensável nos tempos de hoje.

A experiência é, sem dúvida, um diferencial, mas deve sempre ser acompanhada pela evolução. Com isso, é necessário vencer todos os obstáculos impostos pelas impressões ulteriores e dar azo aos jovens, que são o futuro da advocacia do Brasil.

** Anna Carolina Dantas é advogada do escritório Piquet Carneiro, Magaldi & Guedes e Conselheira Jovem da OAB-DF*